
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

entre

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

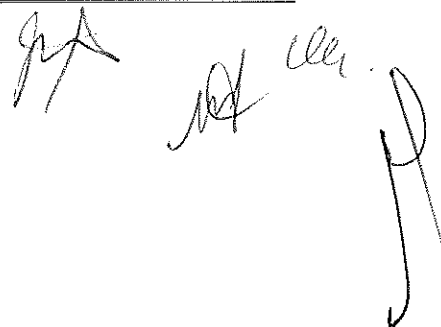
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.

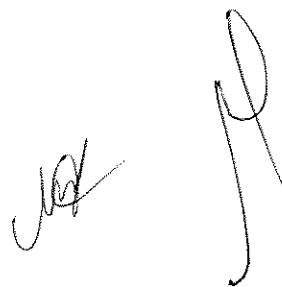
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
15 de junho de 2015



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	8
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	15
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	24
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	28
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	38
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	41
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	44



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A., sociedade anônima, sem registro de emissor perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, Centro, CEP 20030-041, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 02.536.066/0001-26, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora"); e

II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário" ou "Oliveira Trust");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Vital Engenharia Ambiental S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 15 de junho de 2015 (“Ato Societário da Emissão”), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas no Ato Societário da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

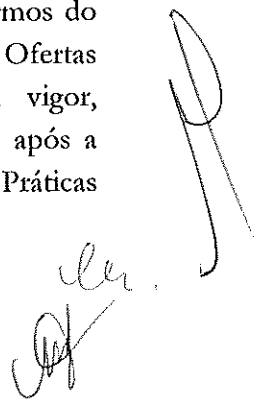
A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, pela Emissora (“Oferta Restrita”) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.



2.3. Arquivamento dos Atos Societários na Junta Comercial e Publicação nos Jornais de Grande Circulação

2.3.1. O Ato Societário da Emissão será devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“Junta Comercial”) e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio (“Jornais de Publicação”), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Arquivamento da presente Escritura de Emissão na Junta Comercial

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na Junta Comercial, conforme disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente, devendo a Emissora enviar 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, bem como de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos arquivamentos na Junta Comercial.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.5.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros – plataforma eletrônica, e por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP.

2.5.2. As Debêntures serão registradas para custódia eletrônica na CETIP.

2.5.3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures, em série única.

3.4. Garantias

3.4.1. As Debêntures não contarão com garantias.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao reforço do capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Segunda Emissão da Vital Engenharia Ambiental S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, (a) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da cláusula 2.2 acima; (b) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (c) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese, e não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e escrituração das Debêntures será a Oliveira Trust ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário").

3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, constituem seu objeto social as seguintes atividades: a) execução de serviços de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; b) serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; c) operação, conservação, manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; k) a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; l) participação com recursos próprios em outras empresas; m) locação de máquinas, equipamentos e veículos, sem mão de obra associada; n) consultoria na área ambiental; o) participação, a critério da Diretoria, em consórcios com empresas congêneres, visando disputar licitações e executar serviços ligados aos demais objetivos deste Estado; e p) assessoria empresarial, em atividades-meio, para sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia e não contarão com qualquer tipo de garantia.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 15 (quinze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 19 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento").

4.1.6.1. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive), até a Data de Vencimento (exclusive).

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios").

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , desde a Data de Emissão, inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI *Over*, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI *Over* de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

$spread = 1,7500$; e

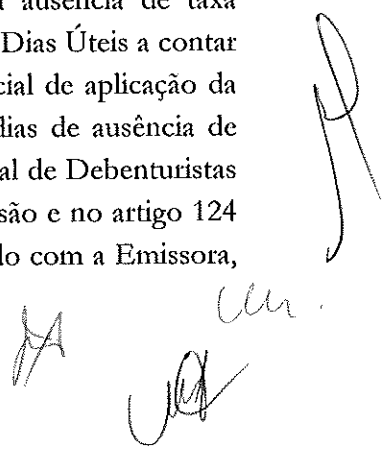
DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de (i) extinção, (ii) ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou (iii) impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, adotar-se-á, em seu lugar, a taxa que vier a substituí-la. Na ausência de taxa substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar (i) da extinção ou da impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures, ou (ii) do fim do prazo de 10 (dez) dias de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI *Over*, convocar Assembleia Geral de Debenturistas no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora,



do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.2.2.2 acima, sendo que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será a última taxa DIk disponível.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI *Over* então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

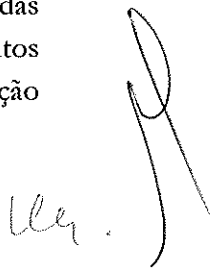
4.2.2.8. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da realização de uma Amortização Facultativa Parcial.

4.4. Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos integralmente na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Facultativa Parcial. (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).



4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

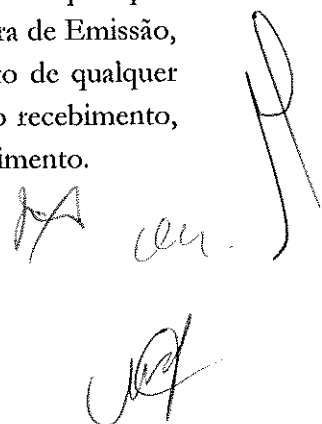
4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de natureza não compensatória calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Handwritten signatures and initials in the right margin of the page.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Preço de Subscrição”).

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do início da distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”) e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet www.vitalambiental.com.br, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Certificados de Debêntures e Comprovação de Titularidade

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Direito de Preferência

4.17.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.18. Classificação de Risco

4.18.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Aditamentos

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e protocolados na Junta Comercial em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura dos referidos aditamentos. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro de eventuais aditamentos na Junta Comercial, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma cópia digitalizada dos mesmos, sendo certo que, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após o registro dos referidos aditamentos na Junta Comercial, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada dos mesmos.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, mediante o pagamento de

prêmio de resgate antecipado estabelecido na Cláusula 6.1.2.1 abaixo, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário e à CETIP (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Unitário, conforme o caso) das Debêntures, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (b) de prêmio de resgate incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Unitário, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios, correspondente à taxa expressa na forma percentual (*flat*), de acordo com a tabela abaixo (“Prêmio de Resgate” e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”, respectivamente).

Mês do Resgate Antecipado Facultativo Total ⁽¹⁾	Taxa de Prêmio do Resgate
De 19 de junho de 2015 até 31 de março de 2016	0,15%
De 01 de abril de 2016 até a Data de Vencimento	0,10%

(1) Contado a partir da Data de Emissão

6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, que já contemplará o percentual do Prêmio de Resgate, conforme estabelecido na Cláusula 6.1.2.1 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Amortização Facultativa Parcial

6.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento de prêmio de amortização estabelecido na Cláusula 6.2.2.1 abaixo, independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer momento, realizar a amortização facultativa parcial das Debêntures (“Amortização Facultativa Parcial”).

6.2.2. A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante comunicação direta, por escrito, ao Agente Fiduciário e à CETIP (“Comunicação de Amortização Facultativa Parcial”), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização da Amortização Facultativa Parcial (“Data da Amortização Facultativa Parcial”).

6.2.2.1 Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, a ser amortizada, acrescida a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data da Amortização Facultativa Parcial; e (b) de prêmio de amortização incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios, correspondente à taxa expressa na forma percentual (*flat*), de acordo com a tabela abaixo (“Prêmio de Amortização” e “Valor da Amortização Facultativa Parcial”, respectivamente).

Mês da Amortização Facultativa Parcial ⁽¹⁾	Taxa de Prêmio de Amortização
De 19 de junho de 2015 até 31 de março de 2016	0,15%
De 01 de abril de 2016 até a Data de Vencimento	0,10%

⁽¹⁾ Contado a partir da Data de Emissão

6.2.2.2 Na comunicação de Amortização Facultativa Parcial prevista acima deverá constar: (a) a data da Amortização Facultativa Parcial; (b) menção ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, neste caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável); (c) a forma de cálculo do valor da Amortização Facultativa Parcial; (d) o Prêmio de Amortização, conforme descrito no item 6.2.3 acima, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

6.2.3. O pagamento da Amortização Facultativa Parcial será feito pela Emissora (a) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ ou (b) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

6.2.4. A Amortização Facultativa Parcial será aplicada a todas as Debêntures, proporcionalmente, bem como será realizada mediante pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, além do Prêmio, a ser calculado na forma do item 6.2.2.1 acima.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 a 7.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.2.2.1 desta Escritura de Emissão, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, desde que não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, desde que não sanado no respectivo prazo de cura ou, na sua ausência, em até 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento;

- (c) ocorrência de hipótese de vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, de obrigações pecuniárias assumidas em quaisquer contratos ou títulos com qualquer dos Debenturistas;
- (d) ocorrência de hipótese de vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, de obrigações pecuniárias assumidas em quaisquer contratos ou títulos com quaisquer instituições financeiras que não sejam Debenturistas em qualquer valor, ou com terceiros em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), desde que não sanado no respectiva prazo de cura;
- (e) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas a Emissora e/ou suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais);
- (f) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), salvo se tiver sido comprovado que dentro do prazo legal: (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto tenha sido cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) tenha sido depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado tenha sido devidamente quitado pela Emissora;
- (g) negativação da Emissora nos seguintes cadastros dos órgãos de proteção ao crédito: SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, contra a Emissora, desde que a negativação decorra de obrigação superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) e que não seja(m) devidamente regularizada ou suspensa em até 10 (dez) Dias Úteis contados da efetiva negativação;
- (h) existência de qualquer decisão judicial ou decisão administrativa de entidade regulatória, ou, ainda, decisão arbitral ou procedimento assemelhado de caráter definitivo contra a Emissora, em valor igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), exceto se a Emissora comprovar, em termos satisfatórios aos Debenturistas, que tal decisão não poderá prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) provarem-se falsas, ou revelarem-se enganosas, quaisquer declarações prestadas pela Emissora, inclusive com relação a suas respectivas controladoras e controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, nesta Escritura ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;

- (j) revelarem-se incorretas ou omissas, quaisquer declarações prestadas pela Emissora, inclusive com relação a qualquer de suas respectivas controladoras e controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão;
- (k) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem anuência prévia de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (l) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de seu(s) ativo(s) fixo(s) ou permanente(s) que inviabilize o exercício regular de suas atividades;
- (m) ocorrência de: (i) decretação de falência, extinção, dissolução, insolvência e/ou liquidação da Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável; (ii) pedido de falência ou insolvência da Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; ou (iii) pedido de autofalência ou insolvência formulado pela Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável;
- (n) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (o) alteração do objeto social da Emissora que modifique a sua atividade principal, conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão;
- (p) realização de redução de capital social da Emissora com restituição aos acionistas de parte do valor das ações, ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) ocorrência de qualquer evento ou situação que, a critério dos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, venha a afetar comprovadamente, de maneira adversa e relevante, a capacidade operacional e/ou financeira da Emissora e o cumprimento de quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures;

- (r) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.5.1 desta Escritura de Emissão;
- (s) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (t) ocorrência de qualquer alteração do controle acionário indireto da Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Para fins desta Escritura de Emissão, o termo “controle” tem o significado a ele atribuído no artigo 116, caput, alíneas “a” e “b”, ou do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável. Para fins deste item, será considerado mantido o controle acionário indireto da Emissora caso a família Queiroz Galvão permaneça a controladora da Emissora;
- (u) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) exceto se mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, concessão pela Emissora, de mútuos ou empréstimos a acionistas para fins de aporte de capital em valor superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais);
- (w) exceto se mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, concessão pela Emissora de adiantamentos a fornecedores, em valor superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais);
- (x) exceto se mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, concessão pela Emissora de avais, fianças ou outras garantias para terceiro, não pertencente ao seu grupo econômico;
- (y) exceto se mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, concessão pela Emissora de avais, fianças ou outras garantias para empresas do mesmo grupo econômico, ressalvada a concessão de avais, fianças ou outras garantias para controladas e coligadas da Emissora, desde que

proporcional à sua respectiva participação acionária, que prescindirá de prévia aprovação dos Debenturistas;

- (z) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que inviabilizem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (aa) distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos de participação nos lucros a seus respectivos acionistas acima do previsto por lei;
- (bb) distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos de participação nos lucros a seus respectivos acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura e/ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, salvo se o pagamento estiver limitado ao montante equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora no respectivo exercício social;
- (cc) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de, conforme o caso, sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora que inviabilize o exercício regular de suas atividades e o cumprimento de suas obrigações; e
- (dd) não observância pela Emissora, do índice financeiro (“Índice Financeiro”) indicado a seguir, a ser apurado por auditor independente, anualmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações referidas na Cláusula 8.1.(a).(i) abaixo, tendo por base demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Emissora, e o cálculo a partir, inclusive, das demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;

Dívida Líquida Financeira/(EBITDA) menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e durante todo o prazo de vigência das Debêntures.

Para os fins desta Escritura, os seguintes termos terão os seguintes significados:

“Dívida Líquida Financeira” significa, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, sem duplicação, (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, avais e fianças prestados; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras); (c) mais os ajustes

negativos (passivo) e menos os ajustes positivos (ativo) dos instrumentos financeiros – Swap contratados exclusivamente para proteção da variação cambial da dívida, obedecendo às regras contábeis (ativo/passivo); e

“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (c), (d), (f), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v), (w), (x), (y), (z), (aa) e (bb) da Cláusula 7.1 acima, e desde que o respectivo inadimplemento não seja sanado no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento, no dia em que tomar ciência da ocorrência.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.2 acima, e desde que o respectivo inadimplemento não seja sanado no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for realizada a Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral.

7.3.2. Se, na Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

7.3.3. Caso não haja deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinando que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, inclusive na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, por falta de quórum na 2ª (segunda) convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar à Emissora, com cópia para a CETIP, comunicação escrita

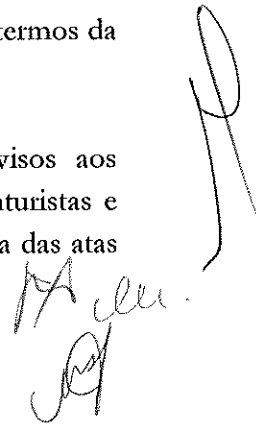
informando tal acontecimento, em até 1 (um) Dia Útil contado de sua ocorrência, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.2, 7.3.1 e 7.3.3 acima.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) Declaração de representante legal da Emissora na forma do seu Estatuto Social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com seu Estatuto Social;
 - (ii) na data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias;
 - (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura de Emissão, inclusive com relação a um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 7.1 acima;
 - (iv) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de Assembleias Gerais de Debenturistas e demais documentos relacionados à presente Emissão, bem como cópia das atas



de reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora (se aplicável) que envolvam os interesses dos Debenturistas;

- (v) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (vi) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;
 - (vii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, os comprovantes de cumprimento de qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão; e
 - (viii) para fins da elaboração do relatório anual de que trata o item "m" da Cláusula 9.4.1 desta Escritura de Emissão, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual e que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item "n" da Cláusula 9.4.1 desta Escritura de Emissão. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (b) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, e proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nos documentos da Oferta Restrita, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação no mercado secundário (CETIP21);

- (d) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas no âmbito da Oferta Restrita;
- (f) registrar e manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (g) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, conforme a seguir transcritas: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (h) fornecer as informações solicitadas pela CETIP;
- (i) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações, inclusive ambientais, consideradas necessárias e cuja revogação ou cancelamento inviabilize o exercício regular de suas atividades e/ou o prejudique sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (j) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações e responsabilidades (inclusive de natureza tributária, trabalhista e previdenciária) relacionadas à Oferta Restrita ou cujo não pagamento resulte ou possa resultar, a critério dos Debenturistas, desde que justificadamente, em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

- (k) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (l) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (m) efetuar o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, desde que necessárias e comprovadas e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora;
- (n) cumprir com todas as leis, decretos, regulamentos e ordens aplicáveis, bem como todas as restrições aplicáveis impostas por todas e quaisquer autoridades relativas à suas operações e à detenção de seus respectivos bens, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura, adotando, sempre que aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias já destinadas a evitar e corrigir eventuais danos apurados;
- (o) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1 acima;
- (p) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 ("Condutas Indevidas");
- (q) até a Data de Vencimento das Debêntures, a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração ("Representantes"), a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"), bem como abster-se de praticar qualquer Conduta Indevida, devendo: (i) manter políticas e procedimentos

internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;

- (r) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar alteração na natureza de seus negócios e na forma legal de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, salvo se previamente aprovado pelos Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (s) não realizar quaisquer outras emissões de valores mobiliários da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.





9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (a) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão a, todas as suas cláusulas e condições;

- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas da emissão de debêntures indicada na Cláusula 9.2.4 abaixo, bem como aos Debenturistas; e
- (m) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

9.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 9.3 abaixo.

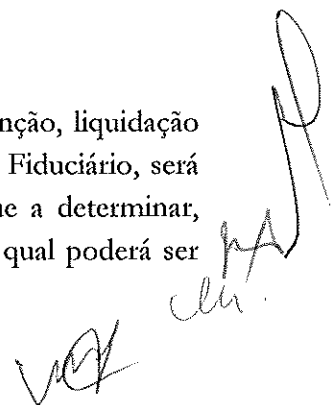


9.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura de Emissão e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.2.4. Nos termos da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28, o Agente Fiduciário informa que atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora e de sociedade integrante do grupo econômico da Emissora: (i) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures da espécie subordinada, conversíveis em ações de emissão da Construtora Queiroz Galvão S.A., em duas séries, no volume total de R\$ 161.000.000,00 (cento e sessenta e um milhões de reais), na data de emissão, na qual foram emitidas 161 (cento e sessenta e uma) debêntures, com vencimento em 07 de janeiro de 2019. Não foram dados bens em garantia, bem como não ocorreram quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação, inadimplemento, ou amortização até a presente data. Houve pagamento de juros conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (ii) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da espécie quirografária, não conversíveis em ações de emissão da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., em série única, no volume total de R\$ 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais) na data de emissão, na qual foram emitidas 310.000 (trezentas e dez mil) debêntures, com vencimento em 21 de novembro de 2017. Não foram dados bens em garantia, entretanto, a emissão conta com garantia fidejussória adicional prestada pela Construtora Queiroz Galvão S.A. Não ocorreram quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação, inadimplemento, amortização ou pagamento de juros até a presente data; e (iii) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures da espécie quirografária, conversíveis em ações de emissão da Macaúbas Meio Ambiente S.A., em 23 séries, no volume total de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais) na data de emissão, na qual foram emitidas 69.000 (sessenta e nove mil) debêntures, com vencimento em 10 de abril de 2019. Não ocorreram quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento. Ocorreram pagamentos de amortização e juros conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser



convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial, nos termos da Cláusula 5.1.1 acima.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura de Emissão (ou de eventual aditamento relativo à substituição, no caso de agente fiduciário substituto), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

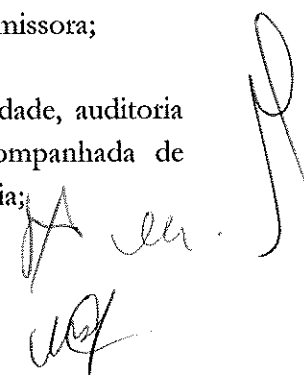
9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.



9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;



- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo;
- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (x) pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (xi) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (I) denominação da companhia ofertante;

(II) valor da emissão; (III) quantidade de debêntures emitidas; (IV) espécie; (V) prazo de vencimento das debêntures; (VI) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, conforme aplicável; e (VII) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) no endereço do Coordenador Líder.
- (o) publicar, nos termos da Cláusula 4.12 acima e às expensas da Emissora, Aviso aos Debenturistas comunicando que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;

- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (u) notificar a CETIP na hipótese de recebimento de Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Facultativa Parcial; e
- (v) acompanhar o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VII acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto na Cláusula 7.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1 acima.

HA

164

MA

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

9.6.2. Adicionalmente, será devido ao Agente Fiduciário o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado aos seguintes casos: (i) inadimplemento no pagamento das Debêntures; (ii) reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão; (iii) participação em reuniões ou conferências telefônicas; (iv) atendimento a solicitações extraordinárias; (v) execução de garantias, caso venham a ser concedidas; (vi) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com titulares de Debêntures; (vii) implementação de eventuais decisões tomadas nos eventos anteriormente descritos; e (viii) celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, incluindo as horas externas incorridas pelo Agente Fiduciário ("Honorários Adicionais"). Os Honorários Adicionais, caso devidos, deverão ser pagos em até 5 (cinco) dias após a comprovação de entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Para os fins desta Cláusula 9.6.2, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, caso venham a ser concedidas; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas aos Eventos de Inadimplemento. Os eventos relacionados à Amortização Facultativa Parcial das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

9.6.3. As remunerações devidas ao Agente Fiduciário nos termos das Cláusulas 9.6.1 e 9.6.2 acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do 1º (primeiro) pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

9.6.4. As remunerações do Agente Fiduciário serão acrescida dos seguintes tributos: (i) ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.6.5. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou na hipótese de ocorrência de alterações das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora de trabalho por profissional, devido a título de: (a) assessoria aos Debenturistas; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (d) execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado aos trabalhos realizados.

9.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.7. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, conforme o caso.

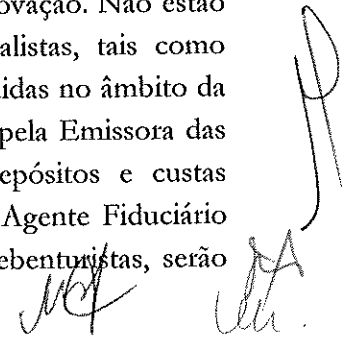
9.6.8. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário das despesas necessárias que tenha comprovada e razoavelmente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como contratação de auditoria para avaliação de garantias, caso venham a ser concedidas no âmbito da Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou de sua atuação em defesa dos Debenturistas, serão



igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) ligações telefônicas;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas na Cláusula 9.7.3 acima reembolsadas pela Emissora, caso tenham sido realizadas em discordância com: (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas", "Assembleias Gerais" ou "Assembleias") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do edital de segunda convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.




10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de: (i) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.



10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos quóruns mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusulas 4.2 desta Escritura de Emissão; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (iii) à espécie das Debêntures; (iv) aos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura de Emissão; (v) às disposições e/ou aos quóruns estabelecidos nesta Cláusula X e/ou (vi) à Cláusula VII desta Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta alínea ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais, sendo certo que o Agente Fiduciário sempre comunicará a Companhia nos mesmos prazos de convocação dos Debenturistas, acerca da ocorrência de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

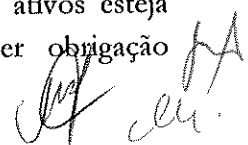
10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.



CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é plenamente capaz, tem autoridade para conduzir seus negócios e para a celebração desta Escritura de Emissão, assim como para assumir, cumprir e observar as obrigações nela contidas;
- (b) possui patrimônio suficiente para adimplir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (c) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (d) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras;
- (e) está devidamente autorizada e obteve, conforme aplicável, todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à celebração dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (f) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, assim como as obrigações previstas em tais instrumentos, constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (h) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita, assim como a assunção e o cumprimento das obrigações previstas em tais documentos:
 - (i) não infringem seu Estatuto Social, conforme aplicável; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (iii) não resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação

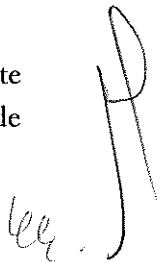



estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito nem em (y) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iv) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos estejam sujeitos; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus respectivos ativos;

- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, e não ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) todas as informações escritas fornecidas aos Debenturistas com relação à Emissão até a Data de Emissão, pela Emissora, para fins da Oferta Restrita, não contém qualquer informação falsa ou incorreta ou deixam de informar qualquer fato necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas;
- (l) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, para a realização da Emissão, exceto o arquivamento do Ato Societário da Emissão na Junta Comercial, do registro das Debêntures na CETIP e do registro desta Escritura de Emissão na Junta Comercial;
- (n) de acordo com o seu melhor conhecimento, não há, nesta data, qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, em relação ao qual a Emissora tenha sido citada ou notificada, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que possa, comprovadamente, vir a prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita;

- (o) a Emissora está cumprindo a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando, sempre que aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais já apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão das Debêntures. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas pela legislação vigente para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (p) até a presente data, nem a Emissora nem qualquer de seus Representantes: (i) usou os seus recursos e/ou de suas controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando as Leis Anticorrupção; ou (iv) realizou qualquer Conduta Indevida; e
- (q) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2014 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada.

11.1.2. A Emissora compromete-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis, comunicar ao Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.



CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Rua Santa Luzia, nº 651, Centro

CEP 20030-041 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Ricardo Mota de Farias

Tel.: (21) 2131-7204

Fax: (21) 2131-7145

Email: ricardo.farias@vitalambiental.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antônio Amaro / Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Email: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Henrique Noronha

Tel.: (21) 3514-0000

Email: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão; desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

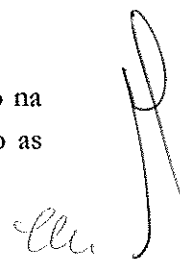
12.3.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

12.5.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.



12.6. Independência das Disposições da Escritura

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura de Emissão e seus aditamentos na Junta Comercial;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como o Ato Societário da Emissão; e
- (d) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

12.9. Cômputo dos Prazos

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

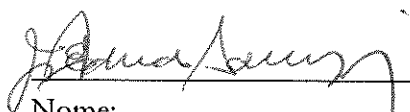
São Paulo, 15 de junho de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

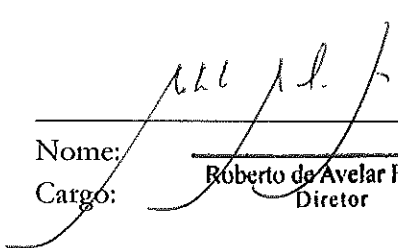
Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Vital Engenharia Ambiental S.A."

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.



Nome:

Cargo: José Eduardo Sampaio
Diretor



Nome:

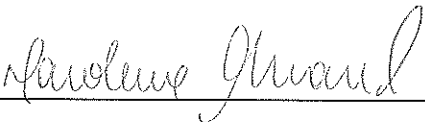
Cargo: Roberto de Avelar França
Diretor

cll



Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Vital Engenharia Ambiental S.A."

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**




Nome: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
Cargo: PROCURADORA



Nome: MONIQUE DA SILVA GARCIA
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:



Nome: NATHÁLIA GUEDES ESTEVES
CPF: 107 606 197 43

Nome:
CPF:

